



TRABALHO PRODUTIVO E TRABALHO REPRODUTIVO NA VIDA DAS MULHERES: ESTUDO DE CASO EM UMA INDÚSTRIA TÊXTIL DE MINAS GERAIS

Mislene Aparecida Gonçalves Rosa

Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (FaE/UFMG). Mestra em Educação Tecnológica pelo Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG). Pós-Graduação em Engenharia de Segurança do Trabalho e Graduação em Engenharia Mecânica pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas). E-mail: misleneag@gmail.com.

Raquel Quirino

Professora do Programa em Pós-Graduação em Educação Tecnológica (CEFET-MG). Pós-doutorado e Doutorado em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Coordenadora do Grupo de Pesquisa em Formação e Qualificação Profissional (FORQUAP) no CEFET_MG. E-mail: quirinoraquel@hotmail.com.

Resumo: Na perspectiva dos estudos da divisão sexual do trabalho e dentro da problematização das relações sociais de gênero, proposta nas construções teóricas da Sociologia do Trabalho Francesa, este artigo pretende discutir elementos do trabalho reprodutivo, no âmbito doméstico, que desvelem pontos de tensão na busca pela equidade de gênero, seja no que se refere às tarefas e funções designadas prioritariamente para as mulheres, seja no que diz respeito às oportunidades de ascensão profissional destas. Uma indústria têxtil localizada no Estado de Minas Gerais foi escolhida como *lôcus* da pesquisa. Para coleta de dados utilizou-se entrevistas semiestruturadas; os achados empíricos foram analisados de forma crítica e dialética, procurando apresentar as tensões, contradições e antagonismos existentes entre os grupos sociais formados por homens e mulheres. A análise do conjunto de dados revelou um silenciamento das relações sociais de gênero. Ainda que as mulheres tenham alcançado avanços na ocupação do trabalho produtivo no setor industrial têxtil, a articulação com o trabalho reprodutivo ainda é um grande desafio; mesmo que se manifestem de maneira mais velada os papéis sociais de gênero perpassam as relações de trabalho reduzindo as possibilidades de ascensão profissional feminina.

Palavras-chave: Relações sociais de gênero. Trabalho reprodutivo. Indústria têxtil.

PRODUCTIVE WORK AND REPRODUCTIVE WORK IN WOMEN'S LIFE: A CASE STUDY IN A MINAS GERAIS TEXTILE INDUSTRY

POLÊM!CA

LABORE



Polêmica - Revista Eletrônica da Uerj - Rua São Francisco Xavier, 524, 1º andar

bloco D, sl.1001 • Tels.: +55 21 2334-4088 / 4087 • <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/polemica/index>
<http://www.labore.uerj.br> • laboreuerj@yahoo.com.br

Abstract: In the perspective of the studies of the sexual division of labor and within the problematization of the social relations of gender, proposed in the theoretical constructions of the Sociology of French Labor, this article intends to discuss elements of the reproductive work, in the domestic scope, that unveil points of tension in the search for gender equality, be it with regard to the tasks and functions designated primarily for women, or as regards the opportunities for career advancement of women. A textile industry located in the State of Minas Gerais was chosen as the locus of the research. For data collection semi-structured interviews were used; the empirical findings were analyzed in a critical and dialectical manner, trying to present the tensions, contradictions and antagonisms existing between the social groups formed by men and women. The analysis of the data set revealed a silencing of the social relations of gender, although women have achieved advances in the occupation of productive work in the textile industrial sector, the articulation with the reproductive work is still a great challenge, even if they manifest in a way more veiled social gender roles permeate labor relations by reducing the possibilities of female professional advancement.

Keywords: Gender relations. Reproductive occupational. Textile manufacturing.

Introdução

Este artigo apresenta reflexões, apoiadas em fundamentos teóricos e empíricos, sobre a divisão sexual do trabalho doméstico, sob o ponto de vista da mulher trabalhadora assalariada. Em seus limites, pretende desvelar as dificuldades e estratégias desenvolvidas pelas mulheres que atuam no setor industrial têxtil para articular o trabalho produtivo na fábrica com o trabalho reprodutivo no âmbito doméstico.

Embora seja inegável a crescente atuação das mulheres no mundo do trabalho produtivo, a articulação entre as esferas produtiva e doméstica permanece um grande desafio; os papéis sociais de gênero ainda perpassam as relações sociais de forma geral e, ainda que se manifestem de maneira velada, servem de base para a hierarquização das relações no trabalho produtivo assalariado e no trabalho reprodutivo no âmbito doméstico.

Nas perspectivas dos estudos da divisão sexual do trabalho e da problematização das relações sociais de gênero propostas nas construções teóricas da Sociologia do Trabalho Francesa, a presente pesquisa discute, a partir de informações coletadas em entrevistas semiestruturadas em articulação com pesquisa bibliográfica pertinente ao campo, elementos do trabalho reprodutivo realizado no âmbito doméstico que apontam desigualdades de gênero, seja no que se refere às tarefas e funções realizadas pelas mulheres, seja no que diz respeito às oportunidades de ascensão profissional das mulheres na indústria têxtil, *lôcus* da pesquisa empírica.

Constatou-se neste estudo que as relações sociais de gênero, entendidas como antagônicas, desiguais e contraditórias, oferecem elementos para o questionamento das desigualdades entre homens e mulheres ainda existentes nos dias atuais, sobretudo em relação ao compartilhamento das responsabilidades domésticas, que se expressam como desafios e

barreiras enfrentadas por elas para se inserirem, permanecerem e ascenderem no trabalho produtivo.

Procedimentos metodológicos

Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, cujos achados foram analisados em uma perspectiva dialética. A investigação aqui proposta situa-se no plano da realidade, no plano histórico, sob a forma da trama de relações contraditórias, conflitantes, de leis de construção, desenvolvimento e transformação dos fatos. O desafio posto é trazer para o plano do conhecimento essa dialética do real, conforme alerta Frigotto (2010, p. 82), e romper com o modo de pensar dominante ou com a ideologia dominante. É, conforme sugere Gramsci (1978), apresentar uma atitude polêmica e crítica como superação da maneira de pensar precedente e do pensamento concreto existente. É, portanto, buscar a crítica do “senso comum”, mas, não apenas a crítica pela crítica, o conhecimento pelo conhecimento, mas a crítica e o conhecimento crítico para uma prática que altere e transforme a realidade anterior no plano do conhecimento e no plano histórico social. Também, de modo como ressalta Santos (1999, p. 38), a análise dos dados coletados não se assentará apenas na explicação do fenômeno, pois, “cada vez mais, os fenômenos mais importantes são simultaneamente econômicos, políticos e culturais, sem que seja fácil ou adequado tentar destrinchar estas diferentes dimensões”.

Para se evidenciar *in loco* as dificuldades e estratégias desenvolvidas pelas mulheres para articular o trabalho produtivo e trabalho reprodutivo, foi escolhida como unidade de coleta para os dados empíricos, uma empresa do ramo têxtil situada na região metropolitana de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais. Os dados foram coletados nessa unidade, por meio de entrevistas semiestruturadas com os gestores da fábrica e trabalhadoras de áreas operacionais.

As entrevistas, portanto, seguiram um roteiro com questões flexíveis, permitindo ao/as entrevistado/as falar livremente, inclusive sobre outros assuntos que surgiram no decorrer da entrevista, possibilitando à pesquisadora a formulação de novas questões que surgiram com o desdobramento do tema principal. Para Gerhardt et al. (2009, p. 72), este instrumento objetiva “obter diferentes respostas à mesma pergunta, possibilitando que sejam comparadas”.

Alguns cuidados foram considerados ao iniciar a relação de entrevista, a fim de reduzir as distorções que dela resultam. Conforme proposto por Bourdieu (1999, p. 695), é preciso entender a amplitude e a natureza da distância entre a finalidade da pesquisa, tal como é percebida pela/o pesquisada/o e a finalidade que a/o pesquisadora/or tem em mente. Desta forma, fizeram-se esclarecimentos iniciais com o intuito de, pelo menos, minimizar as censuras que impedem as/os entrevistadas/os de dizer certas coisas e as incitações que as/os encorajem a acentuar outras.

As entrevistas foram gravadas em áudio e transcritas na íntegra, possibilitando uma análise que inter-relacione a perspectiva e a realidade das trabalhadoras e a visão dos gestores, em relação à divisão sexual do trabalho e a articulação entre trabalho produtivo e trabalho reprodutivo.

No universo da empresa, observou-se um contingente maior de trabalhadoras no setor de fiação, sendo 68% (92) enquanto os homens representavam apenas 32% (41), deste total, as/o participantes foram escolhidas/o de acordo com a disponibilidade e interesse. Foram selecionado/as: 2 gestores (gerente e supervisor) e 2 trabalhadoras (operadoras no setor de fiação), sem impedimento por parte da empresa. As entrevistas foram realizadas individualmente, com duração aproximada de trinta a quarenta minutos, sendo gravadas com o consentimento da/o entrevistada/o. Optou-se pela entrevista individual, uma vez que esta permite uma investigação mais intimista e de menor exposição pública. No entanto, sabe-se que o fato da/o entrevistada/o falar em uma situação reservada não garante que ele se exporá ao máximo. Desta forma, mesmo apoiando-se no roteiro semiestruturado, buscou-se sair da formalização; ciente de que ao formular perguntas, formula-se também respostas, procurou-se nas entrevistas um “tom” de conversa informal.

Para manter o sigilo, o nome da empresa foi substituído pela nomenclatura TX-MG. Com o objetivo de preservar a identidade dos sujeitos e facilitar a compreensão dos trechos utilizados neste trabalho, foram estabelecidos códigos para a identificação dos mesmos. Sobre os códigos empregados têm-se:

- As duas ou três letras indicam o cargo/função (TO= Trabalhadora Operacional; TM= Trabalhadora Monitora; GG= Gestor Gerente; GS = Gestor Supervisor).

O Quadro 1 reúne as principais informações sobre os/as entrevistados/as dessa pesquisa possibilitando uma visão global dos sujeitos participantes.

Quadro – 1: Dados pessoais do grupo pesquisado

Entrevistada/o	Formação escolar	Idade	Estado civil	Nº de Filhos
TM – Trabalhadora Monitora	Ensino Médio	40 anos	Casada	3 filhos
TO – Trabalhadora Operacional	Curso Técnico	23 anos	Casada	2 filhos
GG – Gestor Gerente	Ensino Superior (Administração) e Técnico Têxtil	36 anos	Casado	Sem filhos
GS – Gestor Supervisor	Ensino Superior (Direito) e Técnico Têxtil	35 anos	Casado	Sem filhos

Fonte: A autora.

Trabalho produtivo e trabalho reprodutivo

Segundo Marx e Engels (1968), o conceito de relações sociais de produção refere-se às formas estabelecidas de distribuição dos meios de produção e do produto e o tipo de divisão social do trabalho numa dada sociedade e em um período histórico determinado, expressa o modo como os homens/mulheres se organizam entre si para produzir e as formas existentes naquela sociedade de apropriação de ferramentas e tecnologia.

Nas palavras dos autores,

[...] a produção da vida, tanto a própria através do trabalho como a alheia através da procriação, surge-nos agora como uma relação dupla: por um lado, como uma relação natural e, por outro, como uma relação social, social no sentido de ação conjugada de vários indivíduos, não importa em que condições, de que maneira e com que objetivo. Segue-se que um determinado modo de produção ou estágio de desenvolvimento industrial se encontram permanentemente ligados a um modo de cooperação ou a um estado social determinado, e que esse modo de cooperação é ele mesmo uma força produtiva (MARX, ENGELS, 1968, p. 35).

A necessidade humana do processo de produção e reprodução da vida através do trabalho é a atividade humana básica. Nesta concepção, as relações materiais que homens e mulheres estabelecem e o modo como produzem seus meios de vida, formam a base de todas as suas relações. O autor explica que, “na busca de atender suas carências, os seres humanos produzem seus meios de vida, e nessa atividade recriam a si próprios e reproduzem sua espécie num processo que é continuamente transformado pela ação das sucessivas gerações” (MARX, 1867 apud QUINTANEIRO, 2003, p. 32).

Quanto a divisão sexual do trabalho, segundo Kergoat (2002), tem-se por característica a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera

reprodutiva, como também simultaneamente a captação pelos homens das funções com forte valor social agregado. O trabalho doméstico é definido por essa autora como aquele através do qual se realizam as atividades do cuidado e da reprodução da vida, o qual é um elemento fundante dessa divisão e, portanto, funcional e integrado ao modo de produção capitalista.

Para Kergoat (1996), a noção de trabalho doméstico não nega o poder dos movimentos sociais e dos agentes históricos. É a forma concreta que torna o trabalho reprodutivo designado para o grupo das mulheres em uma sociedade assalariada. Ela se coloca como uma dimensão da divisão sexual do trabalho, quando da reestruturação trazida pelo desenvolvimento do sistema capitalista, que separa um espaço/tempo para trabalhar e ganhar um salário do espaço/tempo do trabalho de reprodução.

Conforme Nogueira (2006), pode-se entender que, no espaço reprodutivo, o trabalho doméstico compreende uma enorme porção da produção socialmente necessária, e que este trabalho é fundamental para que o capital garanta a reprodução e a manutenção da classe trabalhadora. Portanto, a venda da força de trabalho do proletário é garantida pelas atividades domésticas realizadas, na grande maioria das vezes, pela mulher quer ela seja uma trabalhadora assalariada ou não. A autora explica que o trabalho doméstico não objetiva a criação de mercadorias, mas a criação de bens úteis indispensáveis para a sobrevivência da família, permitindo em grande medida, que o capital também se aproprie, mesmo que indiretamente, da esfera da reprodução.

Kergoat (2003) afirma que o trabalho de reprodução é considerado função e território feminino, sendo que a noção de trabalho doméstico está ligada às relações afetivas da família e baseada na “disponibilidade” materna e conjugal das mulheres. Sendo a forma privilegiada de expressão do amor na esfera dita “privada”, os gestos repetitivos e os atos do cotidiano de manutenção do lar e da educação dos filhos são atribuídos exclusivamente às mulheres. Neste sentido a autora constata que:

[...] não foi tratando a questão do aborto, como usualmente se diz, que o movimento feminista começou. Foi a partir da tomada de consciência de uma opressão específica: tornou-se coletivamente ‘evidente’ que uma enorme massa de trabalho era realizada gratuitamente pelas mulheres, que este trabalho era invisível, que era feito não para si, mas para os outros e sempre em nome da natureza, do amor e do dever maternal. (KERGOAT, 2003, p. 20).

Ressalta-se, assim, que as diferenças entre os sexos são construídas socialmente, possuem uma base material e revelam-se como relações de poder, portanto, reflete-se sobre a

necessária ruptura radical com as explicações biologizantes e naturais sobre as diferenças entre as práticas sociais masculinas e femininas (KERGOAT, 1996).

Entre o trabalho doméstico e o trabalho assalariado

Nas palavras de Souza-Lobo (1989, p. 171), o “trabalho doméstico faz parte da condição de mulher, o emprego faz parte da condição de mulher pobre”. A partir dessa constatação e do conceito ampliado de trabalho para além do trabalho assalariado, considerando-se também as atividades reprodutivas, constata-se quão indissociável é a luta contra as opressões de gênero e a exploração de classe. Nesse contexto, Quirino (2015) alerta que é preciso distinguir “opressão” de “exploração”:

A opressão, atitude de se aproveitar das diferenças que existem entre os seres humanos para colocar uns em desvantagem em relação aos outros, gera uma situação de desigualdade de direitos, de discriminação social, cultural e econômica. A exploração, por sua vez, é um fato econômico assentado sobre a submissão de um ser humano ao outro e dá origem à divisão da sociedade em classes (QUIRINO, 2015, p. 234).

As relações de gênero no espaço produtivo e na esfera reprodutiva apresentam relação de exploração e opressão, uma vez que a responsabilidade da realização das tarefas domésticas pelas mulheres que desempenham um trabalho assalariado no mundo da produção caracteriza a dupla (e às vezes múltiplas) jornada de trabalho para este grupo (NOGUEIRA, 2010, p. 60).

Vistas essas considerações, é essencial verificar qualitativamente alguns obstáculos vivenciados pelas trabalhadoras da empresa TX-MG, visando compreender de que forma a divisão sexual do trabalho expressa uma hierarquia de gênero que, em grande medida, influencia na desqualificação do trabalho feminino, conseqüentemente levando a uma acentuada precarização da força de trabalho feminina no mundo produtivo.

Ao descrever sua rotina de trabalho, evidencia-se na fala da entrevistada a existência do trabalho duplicado:

Eu fiz o ensino médio e depois o curso técnico e eu parei agora porque vou ter neném. Eu já tenho um menino de 7 anos, aí sou eu, meu marido e meu filho. Meu horário de trabalho aqui é de 5 até 13:30h. Chego em casa e tenho que buscar meu filho na escola, levar ele para os cursinhos dele, treino de futebol...e só paro a noite. Na época do curso, eu estudava, trabalhava e cuidava da casa e do meu filho. Por isso eu trabalhei 2 anos de 2h da tarde às 8h da noite, porque eu tinha que levar meu filho pra creche e aí eu ia para a escola. Na hora de vir embora eu pegava ele, fazia

almoço correndo, deixava ele com minha sogra e ia trabalhar. (Trabalhadora Operacional).

No relato, observa-se que a imposição das tarefas ditas femininas é obstáculo para que a entrevistada possa estar em condições de igualdades de gênero no trabalho assalariado, já que ela precisa recorrer à jornada de trabalho parcial de 6 horas para compensar a exaustão da dupla jornada de trabalho; e a maternidade justifica sua paralisação nos estudos. A entrevistada relatou, ainda, que o marido também trabalha na mesma empresa; infere-se, portanto, que empresa se apropria do trabalho produtivo dela se apoiando também na exploração do seu trabalho doméstico para garantir a exploração do trabalho do marido.

Diante deste fato Hirata (2007, p. 104) sustenta que as empresas utilizam flexibilidade do trabalho feminino, flexibilidade de tempo de trabalho, quando são oferecidos às mulheres empregos com duração mais curtas em nome da conciliação entre vida familiar e a vida profissional (supõe-se que a conciliação é responsabilidade exclusiva da mulher, porque o marido da entrevistada, por exemplo, não teve sua jornada de trabalho produtivo na empresa reduzida para cuidar dos filhos). A autora também fala da legitimação social para flexibilidade do emprego e salário femininos, uma vez que existe ainda a representação do salário feminino como “complementar”, mesmo que na prática as estatísticas comprovem um movimento de transferência de parcela significativa da chefia das famílias para as mulheres. Segundo dados do IBGE, em 1999, 64,8% das famílias brasileiras eram chefiadas por homens e 35,2% por mulheres, já em 2009 acrescentou-se 9,3 pontos percentuais de chefes de famílias entre as mulheres, em detrimento dos homens (DIEESE, 2012, p. 41).

Desse modo, a divisão sexual do trabalho atende a determinados interesses, está ligada diretamente ao sistema patriarcal com determinações sociais que acaba reproduzindo a desigualdade entre os gêneros.

Quanto ao trabalho em tempo parcial, de acordo com Hirata (2011, p. 17) essa é uma modalidade de contratação que provoca insegurança no emprego, na carreira, na renda e nas perspectivas de formação, caracterizando-o como trabalho precário, pois conduz a uma intensificação do trabalho e obriga o/a trabalhador/a a aceitar condições salariais e de trabalho mais difíceis e mais penosas.

Outro obstáculo verificado no relato acima, é quanto à transferência das tarefas domésticas. Devido à grande dificuldade para conciliar o trabalho doméstico com o trabalho assalariado, ela geralmente delega estes afazeres e o cuidado dos filhos à sogra.

Hirata (2010), ao abordar o “modelo de conciliação”, enfatiza que cabe quase que exclusivamente às mulheres conciliar a vida familiar e a vida profissional. A autora ressalta que quando se fala de conciliação deve-se falar de conflito, por isso aponta que o modelo da delegação substitui o modelo da conciliação. Pois este possibilita delegar a outras mulheres as tarefas domésticas.

Também Sorj (2014) constata que, para os grupos privilegiados, a contratação de empregadas domésticas preenche a lacuna das mães no domicílio durante o período em que as crianças voltam para a casa e as mães estão ainda no trabalho. Mas nas camadas mais pobres, cuja insuficiência de renda não permite contratar esse serviço, as crianças quando retornam da escola ficam sob os cuidados de parentes, vizinhos, irmãos mais velhos ou permanecem sozinhas em casa.

Tais alternativas evitam colocar em evidência o conflito sobre quem é o verdadeiro responsável pela casa, entre os cônjuges, pelo trabalho reprodutivo. Ao ser questionada sobre a contribuição do marido nas tarefas domésticas, a entrevistada, Trabalhadora Operacional, relata: “Meu marido me ajuda; a gente sempre trabalhou em horário contrário até para dividir o trabalho, se não eu sozinha também não ia dar conta”. Esse relato sugere que a participação dos homens no trabalho doméstico estaria próxima do “modelo de parceria”, proposto por Hirata (2010), no qual homens e mulheres repartem as tarefas domésticas e de cuidado da família. No entanto, é preciso considerar que a ideia de parceria supõe igualdade e ausência de relações de poder/dominação. Por isso, é preciso refletir se essas condições realmente existem.

A sobrecarga de trabalho para as mulheres é confirmada a partir de dados estatísticos, conforme revelou a Síntese de Indicadores Sociais, que analisou as condições de vida da população brasileira em 2016. As mulheres ainda gastam o dobro do tempo com atividades domésticas – em média 20 horas e 30 minutos –, enquanto os homens gastam em torno de 10 horas nos afazeres domésticos. Esse trabalho em casa faz com que a jornada total de trabalho das mulheres, trabalho reprodutivo e trabalho produtivo, seja 9,1 % maior do que a do homem (IBGE, 2016).

Logo, verifica-se que a conciliação entre vida familiar e vida profissional normalmente recai sobre as mulheres e, ainda que se sustentem ideias de que existe a possibilidade de conciliação no mundo do trabalho para elas, na realidade esse fato é fonte de mais obstáculos,

como o entrevistado, Gestor Gerente, relata sobre as desvantagens da mulher, geradas pelas tarefas em que ela se envolve fora do ambiente de trabalho produtivo, ligadas aos afazeres domésticos e à maternidade:

Eu acho assim, o que atrapalha a questão do trabalho da mulher, às vezes é mais... são coisas pessoais, entendeu!? Coisas de casa, filhos, marido... fora isso a mão de obra feminina atende tão bem quanto a mão de obra masculina. Então, a capacidade de aprendizagem, a dedicação é igual ou até melhor por parte das mulheres. Agora diferenciando, o que dificulta muito para nós que trabalhamos com muitas mulheres, as vezes são os problemas pessoais, a dificuldade de conciliar o trabalho de casa e o trabalho aqui na empresa. A mulher precisa se ausentar mais da empresa que os homens, faltas, atrasos... e isso dificulta para as próprias colegas de trabalho, porque sempre tem que substituir. (Gestor Gerente).

A partir dessa fala infere-se que as tarefas e responsabilidades domésticas dificultam a ascensão profissional feminina, justificando ainda mais um discurso que as afasta dos melhores e mais altos cargos na empresa. Olinto (2012) explica que tais responsabilidades domésticas tendem a fazer com que as mulheres se mantenham em posições mais subordinadas, impedindo que progridam nas suas escolhas profissionais. A autora evidencia que essas barreiras que dificultam a progressão profissional feminina não seriam percebidas ou conscientizadas pelas próprias mulheres; são comportamentos culturalmente enraizados e internalizados que elas podem estar contribuindo para a perpetuação.

Tal fato se encontra com uma outra observação: conforme os dados da pesquisa, todas/os entrevistadas/os são casadas/os e/ou tem filhos, no entanto, durante as entrevistas a preocupação com a conciliação entre profissão e família apareceu apenas nos relatos das mulheres.

Aqui na empresa até me ofereceram um curso técnico, só que na época que me oferecerem... eu tenho 3 filhos, então pesou, largar meus filhos aqui sozinhos, porque o curso é no Rio de Janeiro. Largar meus filhos, meu marido. Meu marido trabalha... ele é gerente em uma “curtidora” em Itaúna mesmo, ele pega serviço 7h e larga as 19:30h. Então eu coloquei na balança, o que pesava mais para mim... então ficar com meus filhos pesou. (Trabalhadora Monitora).

A entrevistada recusou a oportunidade de participar de um curso técnico oferecido pela empresa e, dessa forma, prejudicou a sua ascensão profissional, pois, conforme explicado pelo entrevistado, para almejar cargos de chefia o requisito mínimo é o curso de Técnico Têxtil:

A empresa tem um perfil de cargos para cada função, para cada máquina, e dentro deste perfil de cargo a gente exige escolaridade ou não. Por exemplo, para auxiliar

de serviços gerais, que é limpeza da fábrica, dos banheiros, não exige escolaridade. A partir dos cargos mais operacionais de máquinas mais simples exige ensino médio completo. Já os cargos de líder, chefe de turma, exige curso técnico e/ou formação superior. Por exemplo, para ser chefe de turma, hoje o requisito mínimo é o curso técnico têxtil e o conhecimento da área. (Gestor Gerente).

Dessa forma, a partir dos relatos evidenciou-se que abrir mão de um curso que a qualificaria para um cargo melhor em favor do cuidado com os filhos e marido soa como algo natural para a entrevistada. No entanto, geralmente, isso não acontece com os homens.

No trecho abaixo, a entrevistada diz estar satisfeita com o cargo atual, referindo-se a ascensão profissional que conquistou na empresa. Ela começou trabalhando como operadora fiandeira, foi promovida a assistente de qualidade e, posteriormente, para monitora operacional de treinamento.

Aqui na empresa tenho o cargo de monitora, monitora operacional. Eu entrei como operadora, fiquei 7 anos como operadora na fiação. Como operadora eu rodei filatório, bobinadeira e passador. Aí depois eu fiz uma prova e fui para o controle de qualidade, aí fui para a vaga de assistente de controle, aí depois de assistente de controle e fiz a prova para monitora. O gerente até me perguntou se eu gostaria de ir para o Rio para eu fazer o curso, mas eu já estou satisfeita onde estou e também tem os meus filhos, na idade de 18 não é fácil, e as tem as meninas... eu não posso estar largando eles também não. (Trabalhadora Monitora).

Ao ser questionada sobre a possibilidade de promoção para o cargo de chefe de fiação, a entrevistada disse que não aceitou o convite para fazer o curso Técnico Têxtil – requisito mínimo para a promoção – por estar satisfeita com o cargo de monitora, no entanto ponderou ao falar da necessidade de cuidar dos filhos, e como o curso era ofertado apenas no Estado do Rio de Janeiro, seria para ela impensável e impossível ficar longe da família.

A partir dessas falas indaga-se sobre a rígida divisão do trabalho doméstico e do cuidado, principalmente em relação aos filhos enquanto responsabilidade unicamente das mulheres. Segundo Hirata (2002), a relação entre o trabalho doméstico e a afetividade parece estar no centro da permanência da divisão sexual do trabalho reprodutivo.

Para Souza-Lobo (1981), as mulheres estão definidas por sua função reprodutora natural, estendida e identificada à função de reprodutora social que ela exerce através do trabalho doméstico, a qual está indissolivelmente ligada. A autora reafirma, no entanto, que este caráter “natural” não tem fundamentos, na medida em que “a biologia da mulher predestinou-a a pôr filhos no mundo, não a predestina a efetuar uma produção doméstica invisível” (SOUZA-LOBO, 1981, p. 43).

Ao analisar a trajetória do entrevistado, Gestor Supervisor, na empresa, observou-se que ele conquistou uma grande ascensão profissional, entrou na empresa como operador e após sucessivas promoções chegou ao cargo de supervisor:

Sou Supervisor da Engenharia da Qualidade. E já trabalhei em várias outras funções, eu já fui operador de máquinas, monitor de treinamento operacional, assistente de qualidade, chefe de turma e hoje eu sou supervisor. Tudo nesta mesma empresa (Gestor Supervisor).

Analisando os dois relatos, a entrevistada, Trabalhadora Monitora, parece encontrar obstáculos simplesmente pela sua condição de “mulher”, “esposa” e “mãe”. Suas justificativas estão relacionadas a casa, ao marido e aos filhos, enquanto o entrevistado, Gestor Supervisor, como homem, não parece se preocupar ou sequer ter os mesmos obstáculos em relação à conciliação da vida profissional e familiar. Conforme Nobre (2004), a naturalização do trabalho reprodutivo (doméstico e de cuidado) da mulher acaba dificultando sua participação no trabalho produtivo assalariado em igualdade de condições com os homens.

Os relatos exemplificam que a trajetória profissional de mulheres e homens são bastante diferentes. As barreiras e obstáculos dispostos no decorrer da carreira das mulheres podem ser associados ao termo “labirinto de cristal” trazido por Stefanello (2013, p. 886), no qual o labirinto tanto simboliza os diversos obstáculos dispostos na trajetória profissional feminina, quanto apresenta suas variáveis consequências, tais como: desistência de uma determinada carreira, sua lenta ascensão e estagnação em um dado patamar profissional.

Observou-se, portanto, que as duas exclusões – vertical e horizontal – estão interligadas e as barreiras, ainda que não formais, estão localizadas ao longo da carreira e não apenas no “topo”. Dessa forma, justifica-se a visão de Stefanello (2013, p. 885) de que o termo “teto de vidro” é insuficiente ao transmitir a ideia de que existe apenas um tipo de barreira, localizada no topo, para a mulher ascender a postos de poder, levando a uma percepção errônea de que não há obstáculos para as mulheres até que elas desejem ascender na profissão. Para a autora, para além do “teto de vidro” localizado no topo da escalada profissional, existe o “labirinto de cristal”, com uma série de desafios, obstaculizando toda a trajetória da mulher no mundo do trabalho.

Considerações finais

Este artigo procurou retratar a partir das narrativas de trabalhadoras de uma indústria têxtil, elementos de suas experiências que ajudassem a elucidar os conteúdos da relação entre o trabalho produtivo assalariado e o trabalho reprodutivo no âmbito doméstico. Os dados coletados e analisados à luz do referencial teórico da divisão sexual do trabalho, expressos nas relações sociais de gênero, possibilitaram trazer à tona a condição da mulher no mundo de trabalho.

Quanto às dificuldades, estratégias de resistência e enfrentamento, reflete-se diante dos relatos das trabalhadoras, que estas mulheres se evidenciam, ao mesmo tempo, como trabalhadoras operacionais, mães, esposas, trabalhadoras domésticas, por vezes também estudantes. O que existe de particular nestes relatos não é somente a multiplicidade de atuações, mas a evidência de que trabalhadoras e trabalhadores vivenciam a experiência de trabalho a partir de diferentes desafios e enfrentamentos sociais. O trabalho produtivo e reprodutivo, espaço assalariado e doméstico, não são dimensões separadas, ao contrário são dimensões que se entrelaçam.

Desta forma, para estar no trabalho produtivo assalariado a mulher precisa a todo o momento “provar” que não está no lugar errado, já que muitas mulheres são socializadas e direcionadas a conquistas prioritariamente no âmbito doméstico (família, casamento, filhos), além do fato de que, frequentemente, é colocado para mulheres trabalhadoras operacionais que elas estão fora de “seu lugar” no trabalho de reprodução social, constituindo questões de violência simbólica, chantagens, quanto a importância do trabalho doméstico destas mulheres para sua família, por exemplo. Sendo assim, os enfrentamentos para as mulheres, dizem respeito tanto no espaço da fábrica (espaço público) como no espaço doméstico (espaço privado).

Aponta-se que a igualdade nas relações sociais de gênero está longe de se concretizar. É notável que as desigualdades entre os sexos no mundo do trabalho vêm se alterando, de forma a permitir que elas ganhem cada vez mais espaço na vida pública no mundo do trabalho produtivo; porém, a necessidade de se conciliar o trabalho assalariado com a vida privada, o trabalho doméstico e o cuidado com a família ainda se apresenta como um ponto de tensão para as mulheres na busca pela equidade de gênero no setor produtivo.

A reflexão aqui apresentada visou contribuir para dar visibilidade às mulheres, evidenciando que as diferenças entre os gêneros são construídas socialmente, mas possuem

uma base material e revelam-se como relações de poder. Desta forma, o trabalho reprodutivo realizado na esfera privada influencia o trabalho produtivo realizado na esfera pública, reduzindo as possibilidades de ascensão profissional das mulheres.

Referências

BOURDIEU, Pierre. **A miséria do mundo**. Tradução de Mateus S. Soares. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **A situação do trabalho no Brasil na primeira década dos anos 2000**. São Paulo: DIEESE, 2012.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 2010.

GRAMSCI, Antonio. **Obras escolhidas**. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009.

HIRATA, Helena. Tendências recentes da precarização social e do trabalho: Brasil, França, Japão. **Caderno CRH**, v. 24, n. 1, p. 15-22, 2011.

_____. Emprego, responsabilidades familiares e obstáculos sócio-culturais à igualdade de gênero na economia. **Índice**, p. 45, 2010.

_____. A precarização e a divisão internacional e sexual do trabalho. **Sociologias**, v. 11, n. 21, 2009.

_____. Flexibilidade, Trabalho e Gênero. In: HIRATA, Helena e SEGNINI, Liliana. (orgs.). **Organização, trabalho e gênero**. São Paulo: SENAC, 2007. p. 89-108.

_____. Globalização e divisão sexual do trabalho. **Cadernos Pagu**, n. 17-18, p. 139-156, 2002.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007.

IBGE. **Síntese dos Indicadores Sociais**. Análise das condições de vida da população brasileira, 2016. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98965.pdf>> Acesso em: 29 ago. 2017.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

_____. Divisão Sexual do Trabalho e Relações sociais de Sexo. In: EMÍLIO, Marli; GODINHO, Tatau; NOBRE, Miriam; TEIXEIRA, Marilane (Org.). **Trabalho e Cidadania Ativa para as mulheres – Desafio para as políticas públicas**. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003. p- 55-63.

_____. A relação social de sexo da reprodução das relações sociais à sua subversão. **Pro-posições**, v. 13, n. 1, p. 47-59, 2002.

_____. Relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho. In: LOPES, Marta J. M. MEYER, Dagmar E. WALDOW, Vera R. (orgs.) **Gênero e Saúde**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. p. 19-27.

MADALOZZO, Regina; MARTINS, Sergio Ricardo; SHIRATORI, Ludmila. Participação no mercado de trabalho e no trabalho doméstico: homens e mulheres têm condições iguais?. **Estudos Feministas**, p. 547-566, 2010.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Escrava, 1968.

NOBRE, Miriam. Trabalho doméstico e emprego doméstico. In: COSTA, Ana Alice; OLIVEIRA, Eleonora; LIMA, Maria Ednalva.; SOARES, Vera. (orgs.). **Reconfiguração das relações de gênero no trabalho**. São Paulo: CUT Brasil, 2004. p. 61-70.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. As relações sociais de gênero no trabalho e na reprodução. **Revista Aurora**, v. 3, n. 2, 2010.

_____. **O trabalho duplicado: a divisão sexual no trabalho e na reprodução** – um estudo das trabalhadoras do telemarketing. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

OLINTO, Gilda. A inclusão das mulheres nas carreiras de ciência e tecnologia no Brasil. **Inclusão Social**, v. 5, n. 1, 2012.

QUINTANEIRO, Tânia. **Um toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

QUIRINO, Raquel. Divisão sexual do trabalho, gênero, relações de gênero e relações sociais de sexo: aproximações teórico-conceituais em uma perspectiva marxista. **Revista Trabalho e Educação**, Belo Horizonte, v. 24, n. 2, p.229-246, mai.–ago. 2015. Disponível em: <<http://www.portal.fae.ufmg.br/seer/index.php/trabedu/article/view/2532/0>>. Acesso em: 15 jun. 2016.

SANTOS, Boaventura de Souza. Reinventar a democracia: entre o pré-contratualismo e o pós-contratualismo. In: REIS, Agnes. et al. (org.). **A crise dos paradigmas em ciências sociais e os desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Teoria e Prática Científica. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atual. - São Paulo: Cortez, 2007.

SORJ, Bila. Socialização do cuidado e desigualdades sociais. **Tempo Social**, v. 26, n. 1, p. 123-128, 2014.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. Experiências de mulheres. Destinos de gênero. **Tempo Social**, v. 1, n. 1, p. 169-182, 1989.

_____. A questão da mulher na reprodução da força de trabalho. Perspectivas: **Revista Perspectivas**, São Paulo, v. 4, p 43-47, 1981.

STEFANELLO, Betina. The glass labyrinth: the women scientific's trajectories in Physics. **Revista Estudos Feministas**, v. 21, n. 3, p. 883-903, 2013.

WACHWICZ, Lílian Anna. A dialética na pesquisa em educação. **Revista Diálogo Educacional**, PUCPR, v. 2, n. 3, 2001.

Recebido em: 14/09/2017.

Aceito em: 01/12/2017.